



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA

(UNILAB)

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

SANDRA TRICIA BATICAM

**COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A GUINÉ-BISSAU DE
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB. (2014-2017)**

REDENÇÃO-CE

2018

SANDRA TRICIA BATICAM

**COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A GUINÉ-BISSAU DE
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB. (2014-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

ORIENTAÇÃO

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira.

REDENÇÃO-CE

2018

SANDRA TRICIA BATICAM

**COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A GUINÉ-BISSAU DE
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB. (2014-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Humanidades de
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito
parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado no dia 04 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^a Vera Regina Rodrigues da Silva

Prof^º Dr^º Wellington Ricardo Nogueira Maciel

RESUMO

O objetivo central da pesquisa visou investigar a cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau de Ensino Superior na Unilab entre 2014-2017. Iniciemos a pesquisa contextualizando o sistema educativo guineense (principalmente durante a colonização portuguesa até meados do século XX), e, mais recentemente, no âmbito do chamado “ajustamento estrutural”, imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) como condição para a renegociação de suas dívidas externas e correção de desequilíbrios socioeconômicos, nos princípios dos anos de 1990. A metodologia consistiu em pesquisa qualitativa como técnica de recolha e análise de dados através do uso das entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados catorze estudantes guineenses de curso de licenciatura e bacharelado, dentre os quais sete meninas e sete meninos, quatro são de curso de bacharelado e três de licenciatura, de períodos letivos distintos, a fim de perceber o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e percepções que os estudantes guineenses têm da cooperação Brasil e Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab. O argumento central defendido no trabalho é que embora estejamos confrontados com a lógica capitalista de comércio e da acumulação de capital, a cooperação Brasil Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab evidencia um fundamento sólido numa relação com África capaz de fazer de nós cidadãos no verdadeiro sentido da palavra, fundado na legitimidade, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural, científica e diplomática do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa por meio da formação de estudantes guineenses em ensino superior na Unilab.

Palavras-Chave: Cooperação Internacional, Unilab, Ensino Superior, Brasil, Guiné-Bissau, África.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PROBLEMA DE PESQUISA	1
OBJETIVO GERAL	2
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2
EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU NO PERÍODO COLONIAL	2
EDUCAÇÃO PARA A LUTA DE LIBERTAÇÃO E INDEPENDÊNCIA NACIONAL	4
PROGRAMAS E CONTEÚDOS DO ENSINO	5
EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU NA ATUALIDADE	6
ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU	7
QUADRO TEÓRICO DA COOPERAÇÃO BRASIL E AFRICA	8
A METODOLOGIA E O CAMINHO PARA ANÁLISE	14
ANÁLISE DA COOPERAÇÃO DE ENSINO SUPERIO BRASIL GUINÉ BISSAU	16
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	21

INTRODUÇÃO

O presente trabalho explicita a cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab à luz dos princípios da cooperação solidária, que, segundo alguns analistas, são diferentes da cooperação tradicional que se observou historicamente no relacionamento de países europeus com o continente africano.

Para a compreensão do tema, o estudo levou em consideração o desenvolvimento do sistema educativo guineense durante a colonização e que se estendeu até meados do século XX, no âmbito do chamado “ajustamento estrutural”¹, que defende a privatização de serviços públicos em setores como educação e saúde. As consequências dessa política foram drásticas em vários países, particularmente na Guiné-Bissau, no início dos anos de 1990.

A cooperação Sul-Sul entre o Brasil e os países africanos, em seus diversos aspectos, surge em um contexto do desenvolvimento do capitalismo como sistema de economia, cujo o qual os meios de produção, em especial os investimentos, as necessidades dos indivíduos pela formação superior são transformadas em propriedade privada com fins totalmente lucrativos e, por isso, não podem ser vistas, no âmbito das relações internacionais, como meras ações de solidariedade e dívida histórica entre Estados.

Não obstante, apesar dos interesses econômicos do capital financeiro, presente nas relações entre Estados, partimos do princípio de que nós não devemos restringir a cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab a interesses meramente econômicos das empresas brasileiras, ainda que não as excluíssem como uma das suas dimensões. As percepções de estudantes guineenses entrevistados apontam elementos positivos na cooperação de ensino superior na Unilab entre o Brasil e a Guiné-Bissau, reconhecendo, também, alguns desafios.

Problema de Pesquisa

O trabalho problematiza e transforma em objeto de estudo como Brasil e Guiné-Bissau, ex-colônias de Portugal inseridos na lógica capitalista de comércio e da acumulação de capital, vivenciam, na atualidade, a cooperação solidária de ensino superior segundo percepção de estudantes guineenses na Unilab? Esta é questão que serviu de base para análise de nosso trabalho de TCC.

¹ Ajustamento estrutural defende a não participação do Estado em áreas como educação e saúde, patrocinado pelas agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

Objetivo Geral

Mostrar as principais percepções que os estudantes guineenses de ensino superior na Unilab têm da cooperação de ensino superior entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

Objetivos específicos

- Mostrar como a cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau é entendido pelos estudantes guineenses dos cursos de bacharelado e licenciatura da Unilab;
- Perceber os desafios da cooperação solidária tendo em conta as prioridades dos países signatários;
- Evidenciar os aspectos que potencializam educação superior na Unilab na promoção de um conhecimento capaz de fazer de nós cidadãos no verdadeiro sentido da palavra.

O trabalho está dividido em três partes e mais as considerações finais. A primeira parte faz uma contextualização histórica do sistema de educação guineense. Chamamos a atenção para a “política de indigenato” que estabeleceu a hierarquia racial entre “civilizados” e “não-civilizados, e que foi utilizado por muito tempo para negar o acesso aos bens socioculturais para a maioria da população guineense, nesse período. A política de hierarquização racial possibilitou, posteriormente, o início da luta de libertação e independência nacional contra o jugo colonial português, desencadeada na forma de guerrilha em prol da descolonização. A segunda parte, que articula a primeira, analisou-se o processo de liberalização econômica que acompanhou a abertura do mercado educacional ao capital privado na Guiné-Bissau, particularmente nos anos de 1990. A terceira, a última, apresenta o caminho metodológica que serviu de base para análise da cooperação entre o Brasil e a África de ensino superior na Unilab, seguida de algumas considerações dos pontos abordados.

1. Educação na Guiné-Bissau no período colonial

Na atual Guiné-Bissau, até meados do século XVI, a educação colonial portuguesa era restrita as necessidades do Estado colonial, sobretudo, nas grandes cidades ou vilas (sendo as principais Cacheu, Bissau, Bula, Bafafá e Bolama), quando ali chegaram os colonialistas portugueses, no princípio do século XV.

Apoiadas inicialmente pelas missões católicas, o sistema educacional colonial, nessa época, distinguia dois grupos sociais: o grupo social dos “assimilados”, católicos, urbanizados,

na sua maioria portugueses e seus descendentes africanos na Guiné colonial; e o grupo dos “indígenas”, grupos étnicos, rurais, com suas culturas, porém excluídos do sistema educativo ou viam nele um instrumento de dominação e exploração colonial (MENDY, 1993, p. 37).

Sobre efeitos da política indigenistas, que afeitou o desenvolvimento de ensino, Teixeira (2015) afirma que, na atual Guiné-Bissau, a política do “indigenato” teve efeito desastroso, porque só isso só em 1957 surgiu o ensino secundário com a criação do Liceu Nacional Honório Barreto, primeiro estabelecimento de ensino liceal da então “Guiné Portuguesa”. Os guineenses “civilizados” tinham que viajar para a metrópole a fim de continuar seus estudos em Portugal.

Na Guiné Bissau colonial, cerca de 60% dos alunos de Liceu Nacional Honório Barreto eram europeus e apenas 1% de toda população de antiga “Guiné Portuguesa” podia vangloriar-se de possuir alguma educação elementar. Mesmo entre os “assimilados”, apenas 0,3% tinham alcançado a situação de “civilizados” e podiam esperar ir um pouco mais além. Até século XX, onde 99% da população guineense foi excluída do sistema educativo, apenas 1% num total de 11 africanos da Guiné colonial haviam atingido uma licenciatura – e todos eles como “portugueses assimilados” em Portugal. (TEIXEIRA, 2015, p. 173).

E, sob falso protesto de zelo pelo bem-estar e desenvolvimento dos indígenas guineenses, criaram-se, na Guiné colonial, três modelos de educação em função dos interesses do estado colonial, quais sejam: educação direta, indireta e oficial, com foco em fundamentos básicos. A *educação direta* era confiada aos agentes locais da administração colonial que, frequentemente, recorriam a coerção física, perseguição e assassinatos dos indígenas considerados “rebeldes” pelo Estado colonial. A *educação indireta*, por sua vez, era exercida para imposição de costumes, normas, trajes e atitudes europeus aos indígenas. Já a *educação oficial* servia para ensinar os indígenas a escrever e a ler, mas não para serem “doutores” (MENDY, 1999).

Havia, ainda, nessa época, uma percepção de que os indígenas guineenses eram incapazes de aprender e de se instruir. Para o regime colonial, o mais importante seria orientar os indígenas para trabalhos de campo com vista ao aumento da produção agrícola, pecuária e piscicultura, convertendo-os à fé cristã católica, seja através de catequese dos mistérios da fé, seja através de ensino rudimentar em língua portuguesa.

Segundo Furtado (2005), o trabalho de catequização e conversão do indígena ao catolicismo, prática fundamental do colonialismo, destinava a instru o básica e seletiva dos guineenses, pois, não interessava ao colonialismo a instru o de nômades intelectuais voltados, de antemão, a perturba o social e ao desemprego (FURTADO, 2005, p. 64).

A política colonial teve seu momento alto com a Conferência de Berlim realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, na qual, os costumes, as religiosidades, as tradições, as línguas locais dos grupos étnicos foram regulamentados e transformados em leis ou substituídos pela doutrina cristã em cultura do colonizador. A divisão do continente, realizada de forma déspota e sangrenta, não respeitou, nem a cultura, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos africanos, especialmente os povos de atual Guiné-Bissau.

Com objetivo de acabar com a política de separação racial e étnica entre “civilizados” e “indígenas”, surge, no século XX, a possibilidade de luta de libertação nacional, em vários países africanos, como é caso de Guiné-Bissau, ocupada pelas forças coloniais por várias décadas; lutas essas conduzidas em defesa da descolonização e da independência nacional que estudaremos desenvolvidamente no subtítulo seguinte.

1.1. Educação para a luta de libertação e independência nacional

Em 19 de setembro de 1955, Amílcar Cabral e alguns colegas fundam, em Bissau, na clandestinidade, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), em 1955, substituído pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956.

O PAIGC inicia, na década de 1960, a luta de libertação contra o regime colonial, depois de uma ampla mobilização dos grupos étnicos nas zonas rurais. O partido proclamou a independência unilateral em 24 de setembro de 1973 e procurou o reconhecimento internacional. Em 10 de setembro de 1974, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas a alcançar o estatuto de um país independente em África.

Após a independência, o primeiro governo de Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral), enfrentou sérios desafios com indicadores elevados de desemprego em massa, ensino precário e altamente elitista, herdadas da colonização, bem como nível altíssimo de analfabetismo. Para tentar alterar esse quadro, governo adotou, com ajuda principalmente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a sua política de transformação das estruturas coloniais, com a criação de novo sistema educativo, voltada formação política dos cidadãos, de modo que houvesse a reforma de mentalidades através do desenvolvimento da consciência política e dedicação à causa da independência nacional, justiça social e defesa dos princípios humanistas e progressistas.

Para Teixeira (2015), nos anos 1970, o PAIGC definiu alguns princípios do partido como forma de tentar enfrentar os novos desvios, tanto no sentido de uma reforma social, quanto na ideia de transformação de um *homem novo*, termo adotado no programa do partido. Uma das principais ideias do partido (PAIGC) que possibilitou a independência nacional de Guiné-Bissau e de Cabo Verde foi a ideia (a) da extinção do colonialismo e a eliminação total de toda forma de exploração do homem pelo homem, pois a reforma educacional e social só seria possível com nova ordem igualitária; (b) através da reforma de mentalidade para o desenvolvimento da consciência política, educacional, cultural, moral, patriótica e do espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência nacional; e (c) elevação do sentimento humanista, respeito e dedicação a pessoa humana, solidariedade mundial com povos colonizados afro-asiáticos e latino-americanos, de modo especial, nos princípios dos anos 1960.

A fim de garantir a reforma de mentalidades de diversos grupos, desenvolveu-se um sistema de educação em torno de “escolas auto-geridas”, também conhecidas de escolas “auto produtivas”, articulando, assim, a educação e o “trabalho produtivo”, logo após a independência nacional. O princípio de “auto-gestão” e “trabalho produtivo”, defendido pelo PAIGC, representava uma ruptura com o modelo de educação colonial, que, naquele período, representava um obstáculo à reforma de mentalidades. A educação e a política era, para o partido PAIGC, moeda de mesma face.

Para Furtado (2005), as tarefas educacionais eram compreendidas na organização e promoção de cursos de alfabetização, instrução militar e política, com apoio de 436 quadros, dos quais 47 de nível superior; 64 quadros médios e 325 técnico-profissionais formados em países como Cuba, URSS, Polónia, Checoslováquia, Jugoslávia, China, Alemanha Democrática, Roménia, Argélia e outros, principais parceiros de cooperação de ensino superior com Guiné-Bissau.

1.2. Os Programas e conteúdos do ensino

No primeiro ano de ensino, ou primeira classe, as disciplinas da formação política abordavam temas como a luta, o amor à terra, o hino nacional, a independência, o colonialismo e o princípio de solidariedade, respeito e dedicação com a pessoa humana.

No segundo ano, aprofunda-se tais temas, ressaltando as datas históricas da fundação do PAIGC; ao massacre de Pindjiguiti contra os trabalhadores do cais que exigiam melhores condições de trabalho e salário; o papel dos movimentos de libertação nacional ao colonialismo

português em África; transformação educacional, social, econômica, cultural e política que estavam a ocorrer em vários países da África e da América-Latina, no século XX.

No terceiro ano, os temas diziam respeito ao programa do partido (PAIGC) sobre destruição das influências negativas da cultura colonial, bem como das heranças negativas por ela deixada.

No quarto, aprofundavam-se questões sobre a estrutura social e étnica da atual Guiné durante; formação social e étnica durante o período anterior a presença colonial e até à data do início e fim da luta de libertação pela independência nacional, baseada nas massas populares.

Já no quinto ano, o último, era aprofundada a disciplina de história, da cultura africana e questões internacionais, não obstante as críticas feitas ao então regime, conforme colocado por alguns autores. Para Furtado (2005), apesar de defender o fim de toda forma de autoritarismo para a formação do homem novo, com plena consciência pela causa da independência, a prática política do regime de partido único PAIGC era acompanhada de repressão e apreensão arbitrária dos adversários, o que acabou por descaracterizar os princípios básicos que nortearam a luta de libertação nacional.

O regime de partido único na Guiné-Bissau vigorou até 1990, quando houve, posteriormente, a abertura política para a democracia, com o surgimento de novas forças políticas.

1.3. Educação na Guiné-Bissau na atualidade

Em 1994, o país realizou, em dois turnos, suas primeiras eleições democráticas. Apesar da realização das eleições, a Guiné-Bissau viveu vários conflitos internos e golpes de Estado, o que resultou no fato de que nenhum governo ou presidente de república, democraticamente eleitos, via eleição direta, conseguiu concretizar seu programa de governação e terminar seu mandato constitucionalmente assegurado, em especial em áreas como ensino superior. Além de fatores internos, apontado acima, alguns autores atrelam o fracasso interno à dinâmica da política internacional adotada pelo FMI e BM, denominado de “ajustamento estrutural” que impossibilitou o avanço do ensino superior

assente no princípio de gratuidade em um ambiente democrático, um sistema educativo ao serviço do desenvolvimento social e melhoria das condições de vida da população. Criou-se um modelo de ensino que foi-se dissipando dando lugar a um sistema educativo rígido, limitado, incompleto, geograficamente, mal distribuída e fortemente marcada por resquícios do passado colonial autoritário (FURTADO, 2005, p. 551)

O autor chama a atenção pela necessidade de uma reavaliação do sistema de ensino guineense, incorporando, no seu seio, questões como organização interna, objetivos, processos e relações com as organizações da sociedade civil, tendo em conta a descentralização e democratização. No entanto, na ausência desses elementos,

O país apresenta um sistema educativo injusto e estranho que não consegue contribuir para a redução das assimetrias (regionais, étnicas, locais e de género) e que mantém, ao longo de anos, rendimentos internos e externos baixos, facto que faz com que a educação na Guiné-Bissau seja considerada uma das mais caras de África (FURTADO, 2005, p. 552)

O sistema de ensino guineense, na atualidade, está organizado em cinco níveis: educação pré-escolar, ensino básico, secundário, alfabetização de adultos e ensino superior. O ensino infantil, ou pré-escolar, destina-se a crianças de 3 aos 5 anos, lecionadas, preferencialmente, em escolas primárias, consideradas frágeis. O ensino básico, por sua vez, em termos de acesso, abrange as crianças de 7 aos 14 anos. Os dados de 2000 aponta 85% rapazes e 55% meninas, o que evidencia a desigualdade de género no acesso à educação básica para todos, sobretudo nas zonas rurais. O ensino secundário funciona em dois ciclos: o primeiro, com duração de 3 anos, abrange 7^a, 8^a e 9^a classe, segundo ciclo, com duração de dois anos, abrange 10^a e 11^a classes. Já o terceiro, com duração de um ano, abrange 12^o para um total de 19 liceus públicos, sendo 5 em Bissau, capital, 1 na Região de Biombo (Quinhamel), 3 na Região de Oio (Mansôa, Farim e Bissorã), 4 na Região de Cacheu (compreendendo Canchungo, Bula, Ingoré e S. Domingos), 1 na Região de Bafatá (Bafatá), 1 na Região de Gabú (Gabú), 1 na Região de Quinará (Buba), 1 na Região de Tombali (Catió) e 2 na Região de Bolama/Bijagós (FURTADO, 2015). Todavia, o ensino liceal, ou secundário, mais procurado, localiza-se preferencialmente nos centros urbanos.

1.4. O ensino superior na Guiné-Bissau

Estudos mostram que o ensino superior é recente na Guiné-Bissau e teve seu momento decisivo com o surgimento da Faculdade de Medicina, em 1986. Contava com o apoio técnico e financeiro do governo cubano, holandês e apoio material da Organização Mundial de Saúde, mas que não teve continuidade com agravamento de crise econômica na década de 1990.

Outras instituições de ensino superior que apareceram no país foram Faculdade Direito de Bissau e a Escola Normal Superior Tchico Té, duas instituições públicas com orientações de cooperação portuguesa. Na Faculdade de Direito, os alunos são admitidos com 11^a classe,

selecionados na base de um concurso que consiste em provas escritas e orais para o curso de Licenciatura em Direito; enquanto a Escola Normal Tchico Té destina-se à formação de docentes para o ensino secundário, com duração de quatro anos (FURTADO, 2005, p. 572).

O esboço de uma primeira reflexão sobre um projeto de universidade na Guiné-Bissau data de 1991, da autoria de Carlos Lopes, primeiro Diretor do INEP, mas não teve continuidade. Foi necessário esperar o ano de 1999 com a criação da Universidade Amílcar Cabral, inicialmente para ministrar cursos universitários, politécnicos e profissionalizantes, podendo, num segundo momento, atribuir graus de bacharel, licenciado, mestre e doutorado. A Universidade Amílcar Cabral deveria integrar em um só espaço as instituições de ensino superior existentes no país, como é o caso da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito de Bissau e da Escola Normal Superior Tchico Té.

Outra instituição de ensino superior que surgiu é a Universidade Colinas de Boé, uma instituição de caráter privado, fundada em setembro de 2003, em homenagem ao 30º aniversário da independência da Guiné. Surge em um contexto de crescimento da demanda e oferta de ensino superior na Guiné-Bissau e mantém parceria de cooperação com o Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal. O Instituto concede vagas, bolsas de estudos e treinamento aos estudantes e docentes guineenses.

Atualmente a Unilab, no âmbito da cooperação solidária, disponibiliza vagas em diversos cursos, preferencialmente em áreas de interesse mútuo Brasil África, com realce em temas que envolvam formação de professores, desenvolvimento agrário, processos de gestão e saúde pública voltadas para os países africanos. Distinto do modelo tradicional de cooperação, a Unilab está voltada a internacionalização, a solidariedade e o intercâmbio de conhecimentos, com ênfase, nas relações entre o Brasil e a África.

2. Quadro teórico da cooperação Brasil África

As relações de cooperação entre o Brasil e a África passaram por diferentes fases até aos dias atuais. Remo Mutzenberg (20014) aponta cinco fases, quais sejam: (a) período colonial, entre os séculos XVI e XIX, caracterizada, infelizmente, pelo tráfico dos escravizados e migração forçada dos africanos para o Brasil; (b) período da independência do Brasil, de 1822 a 1850, marcado pela marginalização nas relações com a África²; (c) período pós-independência

² O Brasil privilegiou relações com América Latina, Europa e Estados Unidos, o que representa a ideia de “unilateralismo” da política externa brasileira

(a partir dos anos 1960 e 1970), que marcou a construção das nacionalidades dos Estados africanos³; (d) período autoritário ficou interrompido a partir dos anos 1980, quando se verificou a forte crise econômica brasileira, levando, assim, a um esquecimento seletivo da África; (e) período da democratização, a partir da década de 1990, em que ocorreu a reestruturação econômica no Brasil e nos países africanos, cujo desfecho desembocou no surgimento da Unilab, como projeto representativo da cooperação Brasil África de ensino superior.

É, portanto, a partir desse período que a África retoma seu lugar, com foco em áreas como ensino superior, administração pública, agricultura, ciência e tecnologia. No caso da cooperação Guiné-Bissau Brasil, destaca-se a área da saúde e educação em que o Brasil disponibiliza cursos e estágios de curta duração, mediante acordos de cooperação, no âmbito do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEG-G) e pós-graduação (PEC-PG) destinado aos estudantes de países com os quais o Brasil possui acordos na área de educação, cultura, ciência e tecnologia.

Para Odete Costa Semedo (2009), a relação de cooperação Brasil Guiné-Bissau foi se fortalecendo ao longo dos anos mediante assinatura de protocolos de acordo em diversas áreas tanto em sentido bilateral quanto multilateral, tendo nesse último caso a intervenção de agências internacionais como a da Nações Unidas, como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Fundo de População das Nações Unidas, organismo da ONU responsável por questões populacionais (UNPFA) ou agências como a JICA – Agência Japonesa de Cooperação, o Fundo Global de Luta contra a Malária, a Tuberculose e o HIV). Agrega-se a essas instituições organizações como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem funcionado como fórum de negociação e catalisador de ideias e ações planejadas e\ou programas conjuntamente pelos países da comunidade de língua portuguesa (SEMEDO, 2009).

No campo do debate acadêmico, três abordagens são apontadas como centrais para análise das relações de cooperação entre o Brasil e os países africanos de que se serve este estudo. A primeira é da corrente pessimista, ou dominadora, segundo a qual a atuação brasileira em África apoia-se na lógica imperialista a partir das novas configurações de poder das empresas brasileiras no continente africano. A segunda, mais otimista, ou integralista, ressalta a ideia da cooperação materializada em programas de mobilidade acadêmica e produção de

³ Nessa época, o Brasil procurou se adaptar à nova geopolítica internacional em que a África assumiu importância para a “defesa” do Atlântico Sul. É uma região considerada dinâmica de comércio entre a África, Europa e América Latina, incluindo países banhados pelo Oceano Atlântico nos três continentes.

conhecimento do Sul que serve aos interesses do Brasil e da África. Heleno e Martins (2014) chamam a atenção para os perigos da cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau mostrando

Como o modelo de cooperação para o desenvolvimento brasileiro inclui a promoção das empresas “campeãs nacionais”, tais como: Vale do Rio Doce, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Petrobras, incentivadas por empréstimos do BNDES, principais empresas brasileiras na África em termos de volume de vendas de investimentos [...] Apesar da presença brasileira em África, as empresas são alvos de críticas em face de problemas sociais e ambientais gerados por suas atuações (HELENO e MARTINS, 2014, p. 132)

Em função da lógica dominadora, a presença das empresas brasileiras em África foram alvos de duras críticas devido problemas sociais e ambientais gerados por sua atuação, por exemplo, em Moçambique, onde a população teria sido desalojada em benefício econômico das empresas. Segundo Mutzenberg (2014), a instalação da Vale em Moatize (Moçambique) teve um impacto na configuração das relações econômicas e sociais locais, tanto no município de Moatize, com menos de 30 mil habitantes, como na capital da Província, a cidade de Tete, com 155. 870 habitantes, sendo que dos 3.008 trabalhadores, 2.684 são moçambicanos e 334 são estrangeiros.

Além da expectativa gerada com a instalação das empresas, que não gerou resultados esperados pela população, há que considerar, ainda, a diferença expressiva entre os salários dos moçambicanos e estrangeiros. Enquanto o salário dos moçambicanos varia entre US\$ 113, 00 US\$ 4.814, 00, o salário dos estrangeiros varia entre US\$ 665,00 e 17.677,00 (MUTZENBERG, 2014, p. 146). Apesar de defender o princípio da solidariedade em sua política externa, as empresas brasileiras, em África, apresentam-se como dominadoras. Encontramos aqui a ausência do princípio de solidariedade por meio da cooperação horizontal que fundamenta que teoricamente fundamentou a reaproximação do Brasil com África que recebeu o nome de cooperação solidária para desenvolvimento.

Por isso aparece tensões em relação aos megaprojetos em Moçambique, em que o Estado estaria focado na aliança entre o capital nacional e internacional, articulando, assim, os interesses das empresas brasileiras, que parece ser o objetivo da cooperação que permitiu a presença brasileira. Para justificar a presença em Moçambique, no discurso governamental da instrumentalização da pobreza, do gênero, do território moçambicano teria sido utilizado pelo agente do Estado para justificar o seu direito social a renda, como grupo, não em benefício da sociedade (MUTZENBERG, 2014).

Por isso que nos protestos sociais, em Moçambique, frequentemente as empresas brasileiras aparecem como adversárias, sem se olhar para Estado moçambicano, pois são

acusadas de explorar os recursos sem “ficar a riqueza na terra” pela falta de preocupação com questões sociais e ambientais que, segundo Mutzenberg, encontra apoio nacional e internacional por meio das ONGs que operam em Moçambique. Um dos aspectos menos debatido nesse debate é o do ensino superior, reservado, geralmente, as empresas brasileiras que atuam em África, e em particular nos últimos anos, em Moçambique.

A segunda abordagem teórica, mais otimista ou integradora do que a primeira, ressalta dimensões da integração nas relações entre o Brasil e a África, não restrita a esfera econômica. A este respeito, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo pergunta: é suficiente pensar apenas em relações de dominação (econômica) entre o Brasil e a África? Em outros termos, Macamo pergunta se vamos nós reduzir as relações África-Brasil aos interesses da empresa Vale do Rio Doce, aos interesses da Igreja Universal do Reino de Deus, à Televisão Globo, aos partidos políticos? Macamo discorda dessa opinião.

O autor parte de uma visão otimista e distinta da cooperação Brasil África recorrendo a distinção entre poder e dominação para sustentar seu argumento, no sentido atribuído por Max Weber. Para Macamo, o poder é restrito, porque manifesta-se pela imposição da vontade de um indivíduo (ou Estado) sobre outro, mesmo que este não queira por fundamentar-se na força de acordo com os interesses dos indivíduos ou governos. A presença das empresas brasileiras, em Moçambique, por exemplo, estaria atrelada a ideia de poder, de força, deixando igualmente de lado a ideia da cooperação, fundamentada na legitimidade, isto é, no exercício da cidadania no sentido de direitos. É no campo da legitimidade, portanto, que Macamo situa o desafio da relação entre o Brasil e a África para constituição de uma comunidade política do Sul. Neste caso, não bastaria que as empresas brasileiras se instalassem em África por meio de contratos ou incentivos fiscais do Estado moçambicano, no estrito sentido da legalidade. Seria necessário, também, que tais incentivos fossem legítimos, em termos das reais necessidades dos moçambicanos como um todo, não restrito a um grupo, daí

O desafio que enfrentamos na constituição de uma comunidade política do Sul consiste em inventar conceitos e abordagens que tornam possível e real um mundo caracterizado por dominação, ou seja, o exercício de poder legítimo [nas relações entre o Brasil e a África], em contraposição à imposição da vontade de um indivíduo (ou estado) sobre outro. Isso porque o poder, por si só, pode ser resistido, enquanto manifestação de força, mas a dominação legítima pode ser interpelada, questionada ou substituída (MACAMO, 2009. p. 40)

Na análise de Macamo, o conceito de dominação legítima ganha outro sentido, mais positivo, mais consensual, diferentemente da dominação econômica das empresas brasileiras que atuam em África contra os interesses dos moçambicanos, apontado por Mutzenberg. Assim, para Macamo, nas relações entre o Brasil e a África precisamos da legitimidade que seja objeto

do nosso olhar crítico, sem pressão, sem imposição; uma dominação legítima baseada nos princípios da democracia, da justiça, da igualdade e dos direitos humanos, sendo ações afirmativas um dos seus pilares (MACAMO, 2009).

A ação afirmativa serviria, assim, como política pública, com vista a corrigir as desigualdades raciais, sociais e étnicas presentes no Brasil e na África, a exemplo da política de indigenato que vigorou na Guiné-Bissau colonial. O acesso ao ensino superior, como direito, quer visando ao reconhecimento, quer provendo bens públicos, seria um instrumento capaz de conscientizar os cidadãos para o exercício da cidadania, respeitando, com base na igualdade de oportunidade, os princípios dos direitos humanos.

Todavia, em África, como mostra Macamo, os desafios da cidadania não serão em pouco tempo que será resolvido. As heranças negativas do processo histórico do colonialismo deixaram lacunas a que foram legadas aos africanos, particularmente guineenses. No Brasil ainda se está a constituir esse fundamento, geralmente através da ação afirmativa, fundamentalmente para acesso ao ensino superior público brasileiro. Na Unilab, por exemplo, sob pressão do movimento negro, em especial, tem-se verificado gradual entrada de quilombolas brasileiras na universidade. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) delibera sobre a importância de proporcionar condições de acesso e de permanência aos alunos de escolas públicas ingressarem em Universidade Federais.

Num esforço para ressaltar a cooperação com África, e ao mesmo tempo defender sua continuidade e preservar os benefícios alcançados, alguns autores enfatizam a especificidade da política externa brasileira, por exemplo, no campo de assistência técnica e transferência de tecnologias para o desenvolvimento dos países africanos. Apesar desse reconhecimento, os autores questionam discursos de um certo grupo de intelectuais, quando questionam a presença sino-brasileira em África em termos neocoloniais.

Atribuir perfil neocolonial sino-brasileira na África significa assumir o desconhecimento acerca da história do imperialismo do século XIX, e mesmo as práticas atuais potenciais, sobretudo os EUA, em termos de gerencia externas diretas e indiretas em diversas regiões do mundo. Tal concepção imperialista reforça teses convenientes aos interesses das “velhas potências ocidentais”, isto é, trata-se da preocupação do Ocidente diante da crescente presença da China na África. (PAUTASSO, 2013, p. 76)

O autor reconhece que, mesmo que o relacionamento Brasil África não seja determinado pela lógica exclusiva da solidariedade, da dívida histórica e moral, é possível reconhecer ganhos mútuos, apesar das assimetrias que existe em praticamente todos tipos de cooperação. Isso vai

depende do que está em jogo, que tipo de cooperação realmente o Brasil se deseja construir com África e entre os países periféricos, em razão da distribuição do poder no mundo.

Daí a importância do relacionamento Sul-Sul como uma alternativa para resistir aos constrangimentos que os países periféricos e emergentes estão submetidos ao adotarem seus projetos de desenvolvimento nacionais não atrelados aos interesses ocidentais. Nesse sentido, a presença do Brasil na África poderá se constituir num elemento de promoção de desenvolvimento na busca de melhores posições no cenário internacional. (PAUTASSO, 2013, p. 78)

Para construir uma cooperação sustentável, não seria suficiente a assinatura de acordos entre o Brasil e a África, enquanto membros do concerto das nações em nível mundial e regional. Seria preciso que cada país reconhecesse as suas prioridades, os seus limites e as suas necessidades que lhe interessa. Seria necessário, também, garantir uma agenda nacional. Segundo Odete Costa Semedo, a elaboração de uma agenda nacional não tira ao país a responsabilidade de participar no concerto das nações. Pelo contrário, vai dar mais força para honrar os compromissos assumidos, pois cada país estaria resolvendo as suas emergências e urgências de sua população; e estaria, assim, mais preparado tanto para eliminar paulatinamente carências nacionais quanto para participar das agendas mundiais com maior segurança e determinação. Neste caso, a cooperação Brasil e Guiné-Bissau deveria facilitar a elaboração de uma agenda comum, que exprimisse os interesses da agenda nacional guineense e brasileira, definida na base de prioridade interna, a fim de reforçar a construção de pautas comuns de promoção de desenvolvimento na busca de melhores posições no cenário nacional e internacional.

Odete Costa Semedo (2009) aponta algumas contribuições para a cooperação Brasil e África de ensino superior, que não se restringe a dimensão meramente econômica: a) criação de um marco institucional, um fórum de pesquisa, do qual as declarações de intenções constituem também um plano de ação para a cooperação interuniversitária; b) criação de um Núcleo Permanente, constituído por um número limitado de pesquisadores (entre professores e estudantes) que seriam responsáveis pela dinamização do Grupo e disseminação de informações no nível do mesmo; c) promoção e diversificação da parceria existente, por exemplo, no âmbito da Unilab, solicitando a participação dos Governos, do PNUD, da UNESCO, da CPLP, Bibliotecas nacionais, com vista a facilitar angariação de recursos regulares para realização de ações futuras; d) criação da parceria entre as universidades africanas e brasileiras. Estes aspectos são também apontados no Estatuto da Unilab, bem como em seus diretrizes, que

precisam ser compreendidas a partir do entendimento que os estudantes têm desses instrumentos na Unilab, daí por que razão da nossa pesquisa.

De forma geral, para nossa análise, serão consideradas as duas abordagens teóricas: imperialista e integralista, tendo em conta os objetivos e os depoimentos de estudantes guineenses sobre a cooperação Brasil Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab.

3. A metodologia e o caminho para análise

As ideias científicas diferem do senso comum e de outras formas de conhecimento, ainda que não as excluíssem como conhecimentos. As pesquisas científicas são avaliadas à luz de evidências por meio da coleta, análise sistemática e interpretação de dados. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Isto porque ela se preocupa com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. É nesse sentido que nossa pesquisa privilegie a percepção e os sentidos que os estudantes guineenses têm da cooperação Brasil Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab por meio de entrevistas.

Foram entrevistados catorze estudantes, sete meninas e sete meninos, de diferentes cursos, licenciatura e bacharelado. Seis meninas são de bacharelado e uma de licenciatura, já no caso de meninos, quatro são de bacharelado e três de licenciatura, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 1 – Número de entrevistados por ano de entrada, curso, semestre e sexo

Ano de entrada	Curso	Semestre	Sexo
2012.1	Sociologia	Egresso	Masculino
2013.1	Engenharias de Energias	9º Semestre	Feminino
2013.1	Enfermagem	8º Semestre	Masculino
2013. 3	Letras e Língua Portuguesa	7º Semestre	Feminino

2014. 1	Enfermagem	8º Semestre	Feminino
2014.1	Agronomia	8º Semestre	Feminino
2014.1	Letras e Língua Portuguesa	7º semestre	Feminino
2015.1	Administração Pública	6º Semestre	Masculino
2015.1	Ciências Biológicas	6º Semestre	Feminino
2015.3	Administração Pública	4º Semestre	Feminino
2016.1	Bacharelado em Humanidades	4º Semestre	Feminino
2017.1	Agronomia	2º Semestre	Masculino
2017. 1	Engenharias de Energias	2º Semestre	Masculino
2017.1	Química	2º Semestre	Masculino

Desse total, selecionamos algumas entrevistas para nossa análise. Na elaboração do projeto de pesquisa, propusemos analisar maioria delas em profundidade, mas devido o prazo para defesa de TCC, selecionamos apenas algumas, deixando outras para futura pesquisa.

As entrevistas ocorreram em casa de estudantes guineenses e outras na Unilab, reforçada com questões que foram respondidas por escrito, de forma aberta, posteriormente organizadas por temas. A técnica de entrevistas abertas, de acordo com Minayo (2001) atende principalmente finalidades exploratórias bastante utilizada para detalhamento de questões e formulações precisas dos conceitos e problema de pesquisa relacionados.

Em seguida, procurou-se aprofundar a revisão da literatura existente. Procurou-se elaborar nosso problema de pesquisa à luz daquilo que outros pesquisadores debateram e descobriram sobre a cooperação entre o Brasil e os países africanos porque a leitura da literatura em humanidade relevante estimula a imaginação sociológica de qualquer pesquisador social, permitindo que seja redefinido, caso necessário, problema e objetivo de pesquisa.

Em seguida, procurou-se fazer uma seleção de método de coleta de dados por meio de entrevistas e da leitura de textos, dissertações, livros e documentos produzidos sobre a cooperação Brasil África de ensino superior. As entrevistas foram conduzidas pelas seguintes questões:

- a) Visão da vinda para Unilab?
- b) Visão da internacionalização e cooperação solidaria?
- c) Visão da diversidade étnico racial?
- d) Visão da cooperação Brasil Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab?

O ideal seria que todas essas questões fossem analisadas no TCC, como se propõe inicialmente no projeto de pesquisa, mas por razão de prazo para defesa, debruçemos apenas sobre visão que os estudantes têm da cooperação Brasil África de ensino superior na Unilab silenciando uma amostra pouco representativa que nos ajudam a clarear a nossa questão central da pesquisa.

4. Análise sobre cooperação de ensino superior Brasil e Guiné-Bissau na Unilab

Tomando por base os objetivos e as questões da pesquisa, passamos à análise dos dados. Durante análise de dados, levou-se em consideração as duas visões teóricas, imperialista e integrativa. O trabalho se justifica pela sua relevância no campo das ciências sociais e humanas, com realce em relações internacionais Brasil África. Esperamos que a nossa pesquisa sirva para a formulação de novos problemas, no âmbito de ensino superior na Unilab, podendo abrir espaço para novas pesquisa na área de cooperação internacional.

Tomando por base as duas abordagens teórica (imperialista e integrativa), iniciemos a análise a partir da percepção de um entrevistado sobre a cooperação Brasil Guiné-Bissau, afirmando que

A minha visão é assim: no que se refere a questão da cooperação de ensino superior Brasil Guiné-Bissau, questão que me colocou, eu dou nota 10. Porque, se vejamos, o Brasil é único país que tem uma boa cooperação com Guiné-Bissau, no que se refere ao ensino superior. Basta observarmos a quantidade de estudantes guineenses que estuda no Brasil. Só na UNILAB, aqui no Ceará, temos cerca de 600 a 700 estudantes guineenses, sem contar outras universidades em que estudam guineenses, por conta própria. Tudo isso é cooperação Guiné-Bissau e Brasil. A meu ver, o Brasil é o melhor em termos de cooperação de ensino superior. Noutros

âmbitos, não tenho conhecimento, e não posso afirmar, mas no que se refere ao ensino superior o Brasil é o primeiro e o melhor, deixando o preconceito e todo tipo de problemas que ocorrem [...] Brasil é o melhor parceiro da Guiné-Bissau de ensino superior. Os brasileiros deram oportunidades aos guineenses para terem ensino gratuito, de uma forma mais fácil possível, porque na Guiné-Bissau, por exemplo, quando se fala de bolsa de estudo para o exterior, se a sua família não tem dinheiro, você fica sem frequentar a universidade, mesmo tendo a capacidade de concorrer e provar, por meio de concurso. Você não consegue por não pertencer aquela família, a que chamamos de elite. Não é o caso da cooperação Brasil Guiné-Bissau. Os estudantes guineenses, que vem para o Brasil, são, na maioria, de baixa condição financeira, são pobres. Para conseguir estudar, têm que vir para o Brasil. Aqui existe uma facilidade, sem a corrupção. Essa cultura de ter dinheiro para poder conseguir ingressar no ensino de qualidade num país, como Brasil, por exemplo, fica mais fácil, em relação a Marrocos, França, Rússia etc. nestes países, os pais precisam ter dinheiro, ou seja, pertencer ao Estado guineense, senão, você não consegue. Aqui, no Brasil, alberga mais a camada carente, nós, neste caso, não temos famílias com um cargo político. Brasil é o melhor país que realmente tem cooperação e é muito visível, hoje, posso afirmar que tem mais estudantes guineenses no Brasil do que em qualquer parte do mundo. E, graças a essa cooperação, [em que não conta o poder financeiro], é a capacidade que conta. É isso (entrevistado 1).

Nesta fala, o entrevistado percebe a cooperação entre o Brasil e Guiné-Bissau de forma positiva, tendo em conta a especificidade da cooperação brasileira em relação a outros países. Ressalta a dificuldade de acesso ao ensino superior para jovens de baixa renda, na Guiné-Bissau, cujos pais não fazem parte do aparelho do Estado. A questão da corrupção, na obtenção de bolsa de estudo é colocado como dificuldade para inserção de jovens pobres guineenses no ensino superior. Menciona, ainda, forte presença de estudantes guineenses na Unilab, já que ninguém precisa usar influência da família para estar na Unilab, isto é, resumindo, na Unilab conhecimento que conta. Está visão aproxima-se da abordagem teórica e integrativa nas relações Brasil Guiné-Bissau com a qual o estudante se identifica e que não se resume à abordagem econômica da cooperação.

Concordando com primeiro entrevistado, no que se refere a cooperação Brasil Guiné-Bissau, um entrevistado ressalta o fundamento da cooperação Sul-Sul de ensino superior, especialmente com Guiné-Bissau, um país que precisa de mais quadros superiores para o seu processo de desenvolvimento. Reconhece, no depoimento a seguir,

o papel dos governos Lula e Dilma, que retomaram aproximação com a África, sobretudo, com os países africanos da língua portuguesa. Segundo esse entrevistado,

Antes de vir para o Brasil, eu sabia de bolsa do Programa de Estudante Convenio Graduação (PEC-G). Eu tive dois irmãos, que passaram nesse processo. Eu soube que Brasil oferece vagas para Guiné-Bissau, mas nunca tentei pesquisar ao fundo em que base se assenta essa cooperação. Vindo já para o Brasil, num processo interno diferente, que a Unilab faz, acabei conhecendo a política do governo brasileiro para com alguns países de África, em especial, Países da Comunidade da Língua Portuguesa (CPLP). Neste contexto, no caso da Unilab, a relação com África se assenta no fundamento da cooperação Sul-Sul, em que o governo brasileiro, desde o primeiro mandato do presidente Lula, e durante o segundo mandato da presidente Dilma, que foi interrompido pelo impeachment, mudou o foco da cooperação brasileira e passou a privilegiar contato com os países do Eixo Sul, dos quais, fazem parte países como Guiné-Bissau. E também o Programa de Estudantes Convenio de Pós-Graduação (PEC-PG), acabei por ter informação da sua existência. É um programa muito antigo, destinado aos países da África, mas também aos países da América Latina, que concorrem [a vaga] para estudar aqui no Brasil em nível de ensino universitário [...]. Muitos discutem sobre as formas de cooperação, ou seja, quem sai a ganhar [...]. Creio que tanto o Brasil como Guiné-Bissau têm a ganhar com essa cooperação, porque cá estamos nós cursando o ensino superior, uma oportunidade que, talvez, muitos de nós não teríamos caso não existisse a cooperação com o Brasil. Embora possa haver muitos empecilhos, no âmbito da cooperação, pois não estudei documentos sobre cooperação. Muitas pessoas afirmam que tudo que se oferece o Brasil recebe em outras formas, em dobro, mas creio que a cooperação é benéfica para um país como a Guiné-Bissau, que precisa de quadros. E, certamente, é o ensino superior que fornece quadros. Para mim é bastante proveitoso a cooperação com o Estado brasileiro (Entrevistado 2).

Apesar do reconhecimento da importância da cooperação para ambos países, o entrevistado levanta questão de impeachment de Dilma Rousseff que pode ameaçar a continuidade do projeto da Unilab. Outro ponto levantado são empecilhos na cooperação Brasil África que ele observa, embora o entrevistado assume desconhecer os documentos que sustenta a cooperação Brasil África. Essas duas questões vigentes a que se refere o entrevistado, coloca-se uma terceira sobre quem beneficia mais com essa cooperação, “pois tudo o que se recebe para África, Brasil recebe em dobro”, apesar das vantagens que os países africanos em termos de apoio brasileiro. Ou seja, aqui se retoma a questão posta no debate teórico sobre as duas faces da cooperação brasileira com África, uma integrativa, positiva e solidária, no sentido ao benefício comum de ambos países, Brasil Guiné-Bissau, e outra dominadora, no sentido dos interesses econômicos das empresas e do Estado brasileiro em África. Essa fala aponta para a cooperação solidária entre o Brasil e a África, como uma entrevista afirma.

Em minha visão, a cooperação entre a Guiné e o Brasil é de grande relevância, pois traz benefícios entre as partes, além de laços de solidariedade, harmonia e fraternidade entre os dois países, como também no aprimoramento de conhecimento sobre a realidade social e cultural (entrevistado 3).

O princípio da cooperação solidária e o pluralismo de ideias, de conhecimentos culturais, científicos e técnicos sobre a realidade da sociedade brasileira e africana aponta princípios que fundamentam a fundação da Unilab, associada à ideia da produção dum conhecimento para ajudar resolver problemas sociais, econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e ambientais da África e do Brasil, visando à equidade e a justiça social. O Estatuto da Unilab reflete a preocupação da Unilab em estabelecer um diálogo entre o saber local e o saber universal, entre a cultura local e a cultura global defendida para o desenvolvimento social e econômica do Brasil e dos países africanos evidenciado na afirmação de que

A Unilab tem como missão produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de língua portuguesa, por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento filosófico, científico, cultural e técnico, comprometida com a superação da desigualdade social, priorizando a cooperação Sul-Sul. (Estatuto, ano, p. 3)

A promoção do intercâmbio cultural, científico e educacional por meio da formação de cidadãos do Brasil e dos países africanos, particularmente da língua portuguesa, tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e internacional com justiça social. A questão que se colocou é a necessidade de definir em que perspectiva abordar a cooperação solidária de ensino superior entre o Brasil e a Guiné-Bissau, como ela é vista pelos estudantes guineenses e quais as prioridades dos estados nacionais signatários da cooperação, guineense e brasileiro, bem como quais os desafios a que cada país se propõe para enfrentar as novas apostas apesar dos longos anos de silêncio em relação à presença africana no conhecimento produzido no Brasil, silêncio esse rompido pela presença de estudantes guineenses na Unilab, presença que está a fazer da cor preta uma nova opção no mosaico brasileiro para enfrentamento de relações e enfrentamento de problemas comuns da desigualdade e miséria brasileira e guineense.

5. Algumas considerações

O ensino superior é, sem dúvida, um dos fundamentos essencial na relação de cooperação Brasil Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab por meio da produção de um conhecimento crítica sobre nós e para nossa própria existência. Só a educação crítica pública é capaz de afinar a nossa atenção para o que está envolvido quando se fala na relação de

cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau para além de uma lógica meramente econômica. Só uma educação crítica e autônoma na produção de uma relação Brasil África, no sentido de transformação social, é capaz de superar os constrangimentos da vontade de poder que daqueles que historicamente se serviam indignamente do trabalho dos outros, outros africanos, outros miseráveis da terra, como dizia Franz Fanon. Embora estejamos confrontados com a lógica positivista da “Ordem e Progresso” para desenvolvimento capitalista, a cooperação Brasil Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab evidencia um fundamento sólido numa relação com África capaz de fazer de africanos e brasileiros cidadãos no verdadeiro sentido da palavra; uma cidadania baseada na ação afirmativa e fundada na legitimidade e na solidariedade popular, e não restrita a vontade de poder que se impõe pela força, mesmo contra a vontade dos povos.

6. Referências bibliográficas

ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Anexo-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-42-2016-Novo-Estatuto-Unilab.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2018

FURTADO, Alexandre. Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades. Tese de Doutorado. (Doutor em Educação) Universidade de Aveiro. Aveiro: UA / DCE, 2005.

HELENO, Maurício e MARTINS, Mônica. Cooperação ou dominação? A política externa do governo Lula para a África. In: Revista *Tensões Mundiais*. Fortaleza, UECE, vol. 10, nº 18, 19, 2014, p. 125-143.

MACAMO, Elísio. Relações entre o Brasil e a África: os desafios da produção dum conhecimento crítico. In: Revista *Estudos de sociologia*. Recife, UFPE /PPGS, Vol. 15, nº 2, 2009, p. 35 – 47

MENDY, Peter Michael Karibe. A herança colonial e o desafio da integração. In: Revista *Soronda*. Revista de Estudos Guineenses. Bissau: INEP, n. 16, 1993, P. 3-37.

_____ A perturbação da Pax Lusitana: resistências passivas na Guiné “Portuguesa durante os primeiros anos do Estado Novo. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, n. 18-22, 1999, p. 169-192.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique. In: Revista *Civitas*, Porto Alegre: Vol. 14, n. 1, 2014, p. 137-153

PAUTASSO, Diego. China e Brasil na África subsaariana e a retomada da questão nacional. In: Revista *Tensões Mundiais*. Fortaleza, UECE, vol. 9, nº 17, 2013, p. 61-82

SEMEDO, Gomes Odete. Revisitando a cooperação Brasil/África face aos desafios dos novos tempos. In: Revista *Estudos de Sociologia*. Recife, UFPE / PPGS, Vol. 15, nº 2, 2009, p. 107-120

TEIXEIRA, Dumas Jacinto Ricardino. Cabo-Verde e Guiné-Bissau: As relações entre a sociedade civil e o Estado. Recife: Editora/UFPE, 2015.